

# NA ESPANHA, A CRISE DESMONTA UNIVERSIDADE E SISTEMA DE PESQUISA

Marina Gonzalez  
Jornalista

Marina Gonzalez



Nas ruas, o protesto estudantil

*A crise do euro detonou um ataque sem precedentes ao financiamento e à autonomia do ensino superior espanhol. O governo conservador do primeiro-ministro Mariano Rajoy corta recursos para bolsas e pesquisas, encarece as matrículas cobradas pelas universidades públicas e impõe castigo àquelas que não equilibrarem seus orçamentos. Na visão da Confederación de Sociedades Científicas de España, esse declínio nos investimentos públicos é altamente preocupante, depois de um período em que se pensava que a defasagem científica do país em comparação aos vizinhos europeus poderia finalmente ser eliminada ou reduzida*

A pesquisa e o ensino superior espanhóis vivem momentos dramáticos, denuncia de maneira unânime a comunidade acadêmica e científica do país. E não são apenas os cortes nos orçamentos dessas áreas e a ordem de subir em até 66% o valor das matrículas da graduação nas universidades públicas que assustam. Junto com as medidas econômicas, justificadas pelo governo pela necessidade de não exceder o nível de déficit público definido pelo Banco Central Europeu, preocupam as ofensivas contra a autonomia universitária e a ausência de diálogo prévio às decisões que vêm sendo tomadas desde os primeiros meses da administração do conservador Partido Popular (PP).

Em razão da dissolução antecipada do Parlamento e da convocação de eleições nacionais, ocorridas em novembro de 2011, o orçamento geral do Estado para 2012 só foi apresentado em 30 de março deste ano. Com maioria absoluta no Parlamento, a proposta do governo Rajoy foi aprovada no final de maio, praticamente sem alterações. Desde sua primeira semana no poder o novo governo toma medidas de “ajuste e austeridade fiscal” que afetam as políticas de educação e pesquisa. Mas foi apenas em abril que propostas concretas para a educação superior pública vieram à tona. Uma reforma universitária, cujas proporções ainda são desconhecidas, está sendo estudada por um “comitê de especialistas”, e nenhuma universidade foi chamada a participar, embora tenham sido convidados “especialistas” bem relacionados com o setor financeiro.

Para entender por que pesquisadores, professores, reitores de universidades, estudantes, representantes sindicais e das mais variadas organizações deste campo se mostram tão preocupados, é importante retroceder pelo menos até 2009, quando ainda governava o socialista José Rodriguez Zapatero e os efeitos da crise mundial começavam a ser sentidos com mais força na Espanha. Naquele ano, pela primeira vez desde pelo menos meados dos anos 1980, observou-se a estagnação no volume dos recursos públicos nacionais investidos no chamado setor de I+D+I (*Investigación, Desarrollo e Innovación*; em português, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), que inclui tanto o financiamento a programas e organizações públicas de pesquisa de diferentes ministérios como a oferta de linhas de crédito para que grupos públicos e privados desenvolvessem atividades científicas.

A partir de então, os cortes aumentaram progressivamente: menos 4,2% em 2010, 7,38% em 2011, e 8,65% em 2012 (sempre em comparação ao ano imediatamente anterior). Em termos absolutos, isso significou recuar de € 10,1 bilhões para € 6,3 bilhões, entre 2009 e 2012. Com isso, o país parece cada vez mais longe de cumprir a meta estipulada pelo Conselho Europeu de investir 3% do PIB no setor. Em 2011, a cifra ficou em 1,35%.

Na visão da Confederación de Sociedades Científicas de España (Cosce), esse declínio nos investimentos públicos preocupa, justamente depois de um período em que se pensava que a defasagem

científica do país em comparação aos vizinhos europeus poderia finalmente ser eliminada ou pelo menos reduzida. Na visão do presidente do Cosce e professor da Faculdade de Ciências Matemáticas da Universidad Complutense de Madrid, Carlos Andradas, o atual governo demonstra, no mínimo, incoerência. Por um lado, afirma que o investimento em pesquisa pode ajudar o país a superar a crise econômica; por outro lado, impõe um corte no orçamento da Secretaria de Estado de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (anteriormente, Ministério de Ciência e Inovação, agora pertencente ao Ministério de Economia e Competitividade) superior ao restante dos ministérios: 26,8% contra uma média de 16,9%. Esta Secretaria é responsável por mais de dois terços do total do investimento em I+D+I realizado pelo governo nacional.

No caso da Secretaria de Educação, Formação Profissional e Universidades, a redução foi de 20,79%. Considerando que quase 80% do orçamento das universidades vem do repasse feito pelas administrações regionais, seria importante considerar o que cada uma delas está fazendo. Mas não é preciso muita imaginação para supor que o caminho adotado será parecido: a maioria delas está também bastante endividada e tem à frente um presidente do mesmo partido que comanda o país.

E se os investimentos começam a escassear, as possibilidades de permanecer na carreira científica e acadêmica se tornam também cada vez mais reduzidas. A recém-criada

Marina Gonzalez



“Merca-educação” é alvo das críticas

Plataforma Pesquisa Digna, que reúne as duas maiores confederações sindicais do país e as associações de pesquisadores e sociedades científicas, fala em “fuga de cérebros multigeracional”. Querem dizer que tanto os jovens que começam agora suas teses de doutorado como aquelas pessoas que têm entre 40 e 45 anos e que já passaram por mais de um contrato pós-doutoral temporário não vislumbram um futuro promissor no país — e possivelmente se vejam obrigados a emigrar, se quiserem seguir dedicando-se ao ensino acadêmico ou à pesquisa. Uma das porta-vozes da Plataforma, a astrônoma Amaya Moro-Martín, prevê que enfrentará essa decisão em menos de um ano, quando termina seu atual contrato. “A situação é terrível, precisamos de uma reestruturação geral, começando pelo fato de que neste país pesquisa e educação são tratadas como assuntos distintos e isso não pode funcionar assim”, diz.

***Universidades, CSIC e centros de pesquisa públicos estão impedidos de contratar novos funcionários em 2012. A cobertura de vagas abertas por aposentadorias será limitada. “Os colegas cujos contratos terminam agora estão assustados, muitos pensam em sair do país”, diz Carlos Sorzano, pesquisador do Centro Nacional de Biotecnologia***

As novas contratações da agência estatal Conselho Superior de Pesquisa Científica (CSIC), a maior

instituição dedicada à pesquisa do país, com mais de 15 mil funcionários, e dos demais órgãos públicos do setor despencam a cada ano: 681 em 2007, 589 em 2008, 106 em 2009, 50 em 2010 e 55 em 2011. Os dois programas nacionais de contratação temporária de pesquisadores doutores altamente qualificados foram reduzidos praticamente à metade em 2012, passando de 600 a 340 vagas oferecidas anualmente.

Somando-se a isso, as universidades, o CSIC e os centros de pesquisa públicos, que até então gozavam de autonomia para administrar seus orçamentos, estão impedidos de contratar novos funcionários em 2012, assim como todas as demais instâncias da administração pública nacional com exceção do Exército e da Marinha. Tal proibição foi estabelecida oito dias depois da posse do novo governo pelo Real Decreto-Lei 20, de 30 de dezembro passado. A cobertura de vagas abertas por aposentadorias e outras situações será limitada e, mesmo assim, permitida apenas para “necessidades urgentes e improrrogáveis” em setores e funções considerados prioritários. Novamente, a educação e a pesquisa não estão entre eles, ao contrário, por exemplo, das forças de segurança e polícias locais.

“Os colegas cujos contratos terminam agora estão assustados, muitos pensam em sair do país”, diz Carlos Óscar Sánchez Sorzano, pesquisador do Centro Nacional de Biotecnologia e presidente da Associação Nacional dos Pesquisadores Ramón y Cajal (ANIRC), que dá nome a um dos já citados



programas de contratação de doutores. As universidades e centros de pesquisa não abrirão novas vagas às quais estes pesquisadores poderiam concorrer, apesar de isso fazer parte do acordo para recebê-los durante os cinco anos que dura o programa. Para Ester Artells, umas das porta-vozes da Federación de Jóvenes Investigadores (FJI), entidade que há 12 anos atua pelos direitos de bolsistas e pesquisadores em início de carreira, essa situação prova que, além de insuficientes e com piores condições laborais que em outros países europeus, os contratos pós-doutorais na Espanha não asseguram estabilidade a seus melhores quadros. Ela mesma, formada em biologia e com um título de doutora em química bio-inorgânica, trabalha atualmente em um instituto de pesquisa em Marselha, na França.

Igualmente preocupante é a condição de quem inicia ou já realiza seus estudos de pós-graduação. Há diversos programas de ajuda e a maioria dos programas possui o chamado formato 2 + 2 (dois anos de bolsa seguidos de dois anos de contrato com a universidade ou centro de pesquisa onde se desenvolve a tese) e, em geral, oferecem condições de remuneração parecidas (€ 14 mil anuais e a possibilidade de realizar parte da pesquisa em centros no exterior). É difícil calcular ao certo o número de ajudas pré-doutorais existentes ou quantas deixaram de existir devido à situação econômica, pois podem ser financiadas tanto pelo gover-

no nacional como pelos regionais, além de universidades, centros e grupos de pesquisa, e fundações privadas. No entanto, a tendência de redução é clara: cada vez há menos editais de convocação e, quando são publicados, o número de vagas disponíveis é inferior aos dos anos anteriores. Além disso, já há casos de pessoas que perdem a ajuda na metade do caminho.

Foi o que aconteceu em dezembro do ano passado com seis doutorandos da Universidad de Castilla-La Mancha, cujas bolsas financiadas pela região autônoma de mesmo nome (também governada pelo PP) foram suspensas no momento em que deveriam iniciar a fase de contrato. A FJI relata que na Galícia as ajudas pré-doutorais passaram de 644, em 2007, a 15, em 2010, e que a região de Madri extinguiu o seu programa no último ano.

O que se pode saber com mais precisão é a situação dos três programas nacionais 2 + 2 mais importantes, que antes da crise econômica totalizavam cerca de 2.400 vagas anuais. Nos últimos dois anos, foram constantes e prolongados os atrasos em publicar os editais de convocação desses programas. Um deles, o do Ministério de Educação, correspondente a 950 dessas ajudas, simplesmente não saiu em 2011. Outro, financiado pelo já citado CSIC, que costumava proporcionar cerca de 280 ajudas a cada ano, reduziu esse número a menos da metade em 2011 e, em 2012, não oferecerá nenhuma, segundo informa a seção sindical de Comisiones Obreras deste órgão. Oficialmente, essa decisão não é admitida.

*A comunidade universitária criticou unanimemente o decreto publicado em abril pelo governo, pois não houve diálogo com os reitores, nem com as entidades representativas, nem mesmo com as administrações regionais. “Ficamos sabendo pelo Diário Oficial”, relata Pilar Chamorro, da Federación de Trabajadores de la Enseñanza*

Com esse panorama, é fácil entender porque se recebe com desconfiança o anúncio do Ministério da Educação de manter o número de bolsas na graduação, quando a fatia do orçamento destinada a isso foi reduzida em 11%. O truque está, dizem as associações estudantis, no endurecimento dos critérios para sua concessão, os quais, somados à subida no valor das matrículas, poderiam ter como consequência o abandono dos estudos por parte de uma parcela importante do alunado. “Se trata de um verdadeiro desastre para os alunos, mas também para suas famílias, se lembramos que a taxa de desemprego no país é de 25%”, alerta Pilar Chamorro, secretária de educação universitária da Federación de Trabajadores de la Enseñanza.

Sobem os preços porque muda a forma de calcular o valor das matrículas para os cursos de graduação e pós-graduação. Até agora, os reajustes tinham como base o valor anterior mais a subida do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). A partir deste novo ano letivo, que começou em setembro, os preços das matrículas devem ser calculados com base no que seria o custo real de cada curso, podendo dobrar em caso de reprovação. O governo estima que, para matrículas com valor entre € 800 e € 1.000 anuais, os alunos passariam a pagar entre € 540 e € 650 a mais, sempre que não tiverem nenhuma reprovação.

São apenas duas das mudanças incluídas em um decreto publicado no mês de abril, que reúne um conjunto de medidas “excepcionais” (justificadas pela conjuntura econômica) e “estruturais” (para dar mais eficiência ao sistema educativo) relacionadas à educação pública em todos os seus níveis. Além de ver problemas no seu conteúdo, a comunidade universitária criticou unanimemente a maneira como foi elaborado. “Ficamos sabendo pelo Diário Oficial”, relata Pilar Chamorro. José Sanz, reitor da Universidad Autónoma de Madrid, diz que os canais de interlocução entre governo e universidades não foram utilizados e opina que ignorá-los gera mal-estar e resulta em propostas pouco ajustadas à realidade de cada uma das instituições. Reitores em Barcelona, Santiago de Compostela e Castellón fizeram declarações semelhantes. No final de maio, os reitores de todas as universidades públicas do país deixaram o ministro da Educação, José Ignacio Wert, “falando sozinho” em reunião do Conselho Universitário,

órgão consultivo que reúne todos os dirigentes universitários, porque a pauta não contemplava a discussão dessas medidas.

As administrações regionais, das quais dependem 50 das 52 universidades públicas espanholas, tampouco foram consultadas. O ministro Wert, porém, considerou injustas as críticas à falta de negociação: “O que era dialogável foi dialogado, mas as medidas do decreto eram urgentes, precisavam ser tomadas e foram rapidamente comunicadas às partes interessadas”.

Claramente, há discordâncias quanto à necessidade de tais medidas. Cada região parece ter interpretado a pressão do governo nacional por subir as taxas da educação superior pública à sua maneira — e algumas, como Galícia, País Basco e Andaluzia, decidiram manter os critérios que vigoraram até então e não elevaram os preços das taxas universitárias acima do IPC.

Entende-se que nem a subida dos preços das matrículas nem o controle direto do orçamento das universidades eram “dialogáveis”. O citado decreto também determina que as administrações regionais devem autorizar previamente cada nova contratação das respectivas universidades. Até então, explica Ricardo Móron, professor de direito trabalhista da Universidad Autónoma de Madrid, o controle “era mais difuso, dependia do total dos repasses realizados às universidades”, as universidades tinham autonomia para executá-lo. A partir de agora, todo o orçamento universitário passa a estar sob acompanhamento estrito das respectivas co-

munidades autônomas, autorizadas a tomar “as medidas necessárias para garantir a estabilidade orçamentária da Universidade”. Passados vários meses após a divulgação do citado decreto, ainda há muitas dúvidas sobre o significado exato dessas ações e como serão implantadas. “As medidas não são auto-executáveis, tudo depende de como atuarão as comunidades autônomas”, diz Morón.

Apesar de os últimos decretos terem provocado críticas de muitos setores, duas paralisações nacionais e vários protestos na rua, o Ministério da Educação anuncia que haverá mais. Atualmente, uma comissão de 11 “expertos” (entre eles, o segundo vice-presidente do banco Santander) estuda a elaboração de uma reforma universitária, que deve ser anunciada em breve. O objetivo, a exemplo de parte das medidas anteriores, é dar “mais eficiência e competitividade” ao sistema educativo universitário. O conteúdo e o alcance da reforma ainda não foram apresentados, mas, novamente, a proposta não passa pelos mecanismos de diálogo com as universidades.

Como há muito tempo não ocorria no país, todos os setores vinculados ao ensino superior público se ressentem da falta de recursos, mas também da escassa prioridade política dedicada ao tema e falta de diálogo na tomada de decisões. Até o ano passado, imaginava-se que os efeitos da crise econômica do euro e as medidas do novo governo afetariam o setor, mas não de forma tão rápida e ampla como os primeiros meses de 2012 deixaram claro.